



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

12 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Provinha Brasil		Página: Online



Secretarias devem indicar interlocutores da Provinha Brasil

Secretários de educação das redes públicas municipal e estadual e do Distrito Federal devem indicar ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) um interlocutor para acesso ao sistema on-line da Provinha Brasil (Avaliação da Alfabetização Infantil).

O prazo vai até o dia 16 próximo. O ambiente virtual tem como objetivo apoiar as escolas e redes de ensino na análise dos resultados da avaliação, por meio de relatórios eletrônicos.

O interlocutor deve ser vinculado à área de avaliação ou a ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Os procedimentos para indicação foram enviados às secretarias de educação, por meio de ofício do Inep, na segunda-feira, 2.

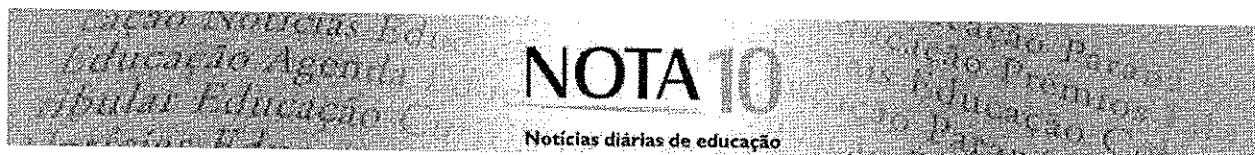
O registro para acesso ao sistema on-line deve ser feito do dia 16 próximo até 17 de julho. O sistema estará aberto em 14 de julho para as escolas cadastrarem as informações da primeira aplicação da Provinha Brasil este ano. O prazo vai até 14 de outubro.

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em língua portuguesa e matemática desenvolvidas pelas crianças matriculadas no segundo ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Aplicada duas vezes ao ano (no início e no final), ela é dirigida aos alunos que passaram por pelo menos um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. A aplicação em períodos distintos possibilita a realização de um diagnóstico mais preciso, que permite a aferição do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em habilidades de leitura e de matemática.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Enem		Página: Online



Enem poderá ser obrigatório para quem concluir o ensino médio

A Câmara analisa o Projeto de Lei 5956/13, do Senado Federal, que torna o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) obrigatório a todos os estudantes que concluírem o ensino médio. Pelo texto, regulamento definirá a universalização progressiva do exame, que hoje é opcional.

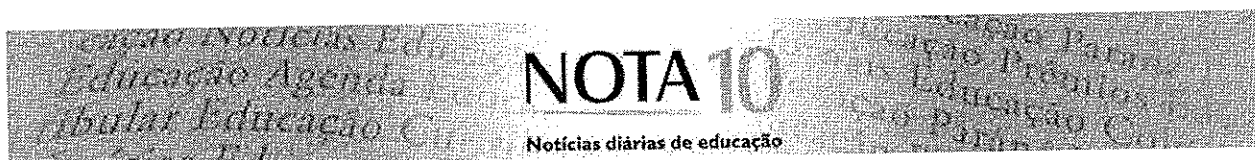
O texto acrescenta dispositivos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/96). O texto diz ainda que a instituição de ensino que participar do Enem não poderá estabelecer critérios ou quaisquer outras formas de discriminação que dificultem a participação de qualquer de seus alunos na realização do exame.

“O fato de muitas escolas estarem selecionando seus melhores alunos para fazer o Enem, com vista a obter boa avaliação institucional, produz informações publicitárias enganosas sobre os resultados do exame”, explica o autor do projeto, senador Anibal Diniz (PT-AC). “Contudo, essa situação pode deixar de existir se o exame se tornar obrigatório para todos os alunos egressos do ensino médio”, complementa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Senadores divergem sobre eficácia do novo Plano Nacional de Educação

Aprovado pela Câmara no último dia 3, depois de um ano e meio de tramitação no Congresso, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff nos próximos dias, para substituir o texto que vigorou de 2001 a 2010. A eficácia do PNE 2011-2020, no entanto, causa divergência entre os senadores. O novo PNE estipula 20 metas que deverão ser cumpridas nos próximos dez anos. O item mais debatido durante a tramitação do projeto (PLC 103/2012) no Congresso foi o que destina no mínimo 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação – com uma parte proveniente da exploração do pré-sal.

De acordo com o texto, a destinação aumenta progressivamente: 7% até o quinto ano de vigência do PNE e 10% até 2020. Atualmente, o Brasil investe 5,3% do PIB em educação. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o novo PNE “não vai trazer resultados” e que as necessidades da educação são muito superiores aos montantes destinados pelo plano.

- Estamos mais uma vez fingindo com o PNE e fingindo com os recursos do pré-sal. Os recursos do pré-sal são ridículos diante do total de dinheiro necessário para a educação. Cristovam calcula que, se tudo der certo, o pré-sal renderá à educação R\$ 30 bilhões, mas o setor exigiria R\$ 450 bilhões por ano. Além disso, ele ressalta que o importante não é ter 10% do Produto Interno Bruto (PIB) destinados à educação, e sim planejar como investir o dinheiro.

- Eu temo que esses 10% sejam dinheiro jogado fora, porque nós não dissemos como vamos aplicar. Não tenho o menor otimismo com o PNE 2, até porque o PNE 1 não deu resultado. Se hoje chover dinheiro no quintal de uma escola, ele vai virar lama, não chega na cabeça dos meninos porque não se sabe o que fazer com ele.

No entanto, na avaliação do líder do PT, senador Humberto Costa (PE), a crítica é infundada. O dinheiro proveniente do pré-sal, segundo ele, fará uma grande diferença ao ser aliado a planejamento, metas definidas e prazos estabelecidos, que obrigam as esferas federal, estadual e municipal a atuar de maneira articulada.

- Vamos incrementar de forma bastante expressiva, especialmente com os recursos do pré-sal, os gastos públicos e privados com educação. Humberto ressalta que o planejamento dos gastos será feito da maneira adequada nas leis orçamentárias.

- A maneira de como os gastos serão feitos não está mesmo prevista no PNE, mas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos orçamentos anuais da União - explicou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Segurança	Página: Online	



Câmara analisa projeto que define regras de segurança perto das escolas

O poder público deverá fazer diagnóstico sobre a segurança nas imediações dos colégios

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto proposto pelo deputado Rogério Carvalho (PT-SE), que obriga as prefeituras a delimitar áreas de segurança escolar que correspondam, no mínimo, a círculos de raio de 100 metros, com centro nos portões de entrada e saída das escolas. Conforme a proposta, a área deverá ser identificada.

Segundo o texto, o poder público deverá fazer diagnóstico da situação de segurança nas imediações dos estabelecimentos de ensino e, por meio de ações sistemáticas nessas áreas, proporcionar a tranquilidade de alunos, professores e pais.

—Seja nas unidades localizadas em áreas de risco, seja em escolas situadas em bairros considerados seguros, há sempre o temor de furtos, danos ao patrimônio e abordagem dos alunos por traficantes.

De acordo com a proposta, entre outras ações, nessas áreas o poder público terá de intensificar os serviços de fiscalização do comércio existente, em especial o de ambulantes, coibindo a comercialização de produtos ilícitos; e controlar o acesso de crianças e adolescentes a bebidas alcólicas, a quaisquer produtos farmacêuticos que possam causar dependência química, a gasolina e outras substâncias inflamáveis ou explosivas e a fogos de artifício.

Nessas áreas, a administração pública também deverá reprimir a realização de jogos de azar e jogos eletrônicos movidos a dinheiro.

Além disso, o poder público será obrigado a providenciar, com o apoio da comunidade ou da iniciativa privada: a iluminação pública adequada nos acessos à escola; a pavimentação de ruas e a manutenção de calçadas para que fiquem em perfeitas condições de uso; a poda de árvores e a limpeza de terrenos; o controle e a eliminação de terrenos baldios e construções/prédios abandonados nas circunvizinhanças; a retirada de entulhos; e a manutenção permanente de faixas de travessia de pedestres, semáforos e redutores de velocidade.

A administração pública terá também que regulamentar o uso das vias situadas no entorno das escolas, impondo, por exemplo, controle rígido a limites de velocidade; e, em parceria com as



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

diretorias das escolas, as associações de pais e mestres e a comunidade escolar, promover outras ações que colaborem com a prevenção à violência e à criminalidade nesses locais.

Tramitação

De caráter conclusivo, a proposta será analisada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Relatório		Página: Online



RELATÓRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DEVE CONTER PROGRESSOS E PROBLEMAS DO ALUNO

Segundo especialistas, o melhor é que a professora de classe seja a redatora desse registro e que sejam evitadas as comparações com outros colegas de turma

Fonte: UOL Educação

Até os seis anos de idade, as crianças estão livres do boletim e das notas por conceito (A,B,C ... ou "suficiente" e "insuficiente") ou por números (em geral, de zero a dez). Na educação infantil, os pais costumam receber um relatório de educação infantil com as informações sobre os progressos e as dificuldades dos seus filhos.

Nesse relatório, que não segue um modelo padrão, algum funcionário da creche ou da escola vai contar quais foram as principais conquistas da criança no período. O melhor, concordam os especialistas, é que a professora de classe seja a redatora desse registro. E nada de comparações com outros colegas de turma, porque cada indivíduo tem seu ritmo.

"Em geral, cada instituição escolhe alguns aspectos que devem fazer parte do conteúdo do relatório de acordo com os objetivos traçados e os projetos desenvolvidos", explica a professora Maria Angela Barbato Carneiro, da PUC-SP, em São Paulo. Segundo ela, as crianças e os pais podem, inclusive, participar do processo de avaliação.

O que o relatório de educação infantil contém

Apesar de a escolha ser livre, os aspectos analisados com mais frequência são motricidade, comunicação e expressão, criatividade, socialização e resolução de problemas.

Há colégios que organizam os conteúdos de maneira mais esquematizada utilizando tabelas, como é o Colégio Humboldt. "Neste ponto, analisamos se o aluno é capaz de ouvir atentamente, se chega pontualmente, se devolve os livros da biblioteca circulante ao longo do semestre no prazo determinado, se respeita as regras e combinados, se é capaz de se comunicar em voz adequada, entre outros", conta Mariane Bischof, coordenadora da educação infantil do colégio paulistano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em relação à periodicidade, as opiniões divergem. A professora da PUC-SP Maria Angela acha que os pais precisam ser informados mensalmente. Já entre as coordenações de escola ouvidas pelo UOL, o intervalo varia entre três e seis meses.

Uma outra dica é utilizar o relatório como um dos critérios de seleção da escola na matrícula, segundo Daniele Firmino Leite, do Colégio Itatiaia, em São Paulo. Assim, os pais conseguem saber não apenas quais os objetivos que a escola propõe e de que maneira ela se comunica.

Recomendações do MEC

Em um relatório do MEC (Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação, disponível na internet), o órgão recomenda que "as observações e registros devem ser contextualizados, isto é, tomando as crianças concretas, em suas histórias de vida, seus ambientes sociais e culturais e co-construtoras de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social".

O documento, publicado em 2012, lembra também o caráter dela nessa etapa: "A avaliação ocorre permanentemente e nunca como ato formal de teste, comprovação, atribuição de notas e atitudes que sinalizem punição". O objetivo do procedimento é melhorar a forma de mediação do professor para que "o processo de aprendizagem alcance níveis sempre mais elevados".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Remuneração		Página: Online



NO BRASIL, SALÁRIO DE PROFESSOR É METADE DO QUE RECEBEM OUTROS PROFISSIONAIS

Salário médio é de R\$ 1.874; enquanto outras categorias com curso superior ganham, em média, R\$ 29 por hora trabalhada, o professor brasileiro da Educação Básica recebe apenas R\$ 18

Fonte: UOL Educação

A remuneração média dos professores brasileiros é equivalente a 51% do valor médio obtido, em 2012, pelos demais profissionais com nível superior completo. Há sete anos, esse percentual era de 44%. Atualmente, o salário médio do docente da educação básica no País é de R\$ 1.874,50. Essa quantia é 3 vezes menor que o valor recebido por profissionais da área de Exatas, como por exemplo, os engenheiros.

Uma das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), que aguarda sanção presidencial, é equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas com as outras categorias.

Saiba mais:

Aprovação do PNE após 3 anos de discussão exige mais investimentos do governo
Disputa por mais recursos federais para educação emperram PNE
Entenda as 20 metas do Plano Nacional de Educação

Os dados comparativos de evolução salarial entre os professores e as demais categorias estão presentes no Relatório de Observação sobre as Desigualdades na Escolarização do Brasil produzido por um comitê técnico do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes) da Presidência da República. O documento foi apresentado a todos os membros do Cdes, entre eles a presidente Dilma Rousseff, no último dia 5 de junho em Brasília.

Acompanhe mais notícias no canal iG Educação
Siga o iG Educação pelo Twitter

O relatório traz dados de indicadores construídos a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), além de outras fontes oficiais referentes a data base de 2012. O



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

documento tem o objetivo de propor ao Conselho – como é conhecido - ações que deveriam ser priorizadas na política educacional do País.

"A remuneração dos professores da educação básica tem melhorado, embora lentamente. Aprofundar e acelerar as mudanças nos nossos indicadores educacionais depende de esforços integrados de atores e instituições nas três esferas de governo e em toda a sociedade", afirmam os técnicos do Comitê do Observatório da Equidade, que elaborou o relatório em nome do Cdes.

Para o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo Filho o quadro apresentado pelo Cdes é reflexo de uma "situação histórica" do Brasil. "O argumento dos gestores para manter esses baixos salários é que os profissionais de educação estaduais e municipais são numerosos. Esse argumento de contingente é sem sentido. Percebe-se que não dá para acreditar no que os políticos dizem na televisão, quando defendem a melhoria das condições e salários dos professores. É um discurso que não é verdadeiro", diz Araújo Filho.

Valor por hora

Se os valores do rendimento médio de professores e de outros profissionais já são díspares por si só, a desigualdade também é sentida no valor da hora de trabalho. Enquanto outras categorias com curso superior recebem, em média, R\$ 29 por hora trabalhada, o professor recebe apenas R\$ 18.

A situação fica ainda mais complicada para os docentes quando é feita a comparação por áreas. Profissionais da saúde, por exemplo, recebem em torno de R\$ 35 por hora de trabalho. Os dados, também de 2012, são do Observatório do PNE, que sistematiza dados educacionais relacionados ao Plano Nacional de Educação.

Diante desse quadro, os técnicos que elaboraram o relatório dizem que é preciso "avançar na valorização e reconhecimento dos trabalhadores em educação, com o estabelecimento de programas e ações que estabeleçam maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional aos professores e demais trabalhadores da educação".

Essa posição é compartilhada por José Fernandes de Lima, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE). "Se queremos modificar essa situação, primeiro temos que ter consciência desses fatos, em seguida fazer investimentos não só em formação como na valorização", fala Lima.

Tal questão, a da valorização, é vista como fundamental para que os estudantes recém saídos do colégio passem a enxergar a carreira de professor como uma opção profissional viável. Isso é o que afirma o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014, lançado no final de maio deste ano. Atualmente, não são muitos os jovens que têm como sonho trilhar a carreira docente no País.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Só teremos Educação de qualidade com bons professores e, para isso, é preciso atrair para a carreira do magistério os melhores alunos egressos do Ensino Médio. O magistério precisa ter atratividade suficiente, pois 'concorre' com outras carreiras mais rentáveis ou de mais prestígio", afirma texto do Anuário, produzido pela ONG Todos pela Educação e a Editora Moderna.

Aquém do ideal

Se o valor do rendimento médio do docente já é inferior ao ser comparado com outras profissões, o presidente do CNE lembra que há alguns anos, a situação era ainda mais complicada. "O salário do professor já ficou abaixo do salário mínimo. Era irrisório mesmo. E, infelizmente, ele ainda continua baixo. Os esforços para mudar essa situação ainda não foram suficientes", diz Lima.

Um desses esforços citados pelo presidente do CNE foi a criação do piso salarial do magistério. O valor atual desse piso nacional é de R\$ 1.697. O rendimento tem como referência o professor com jornada de 40 horas semanais.

Mas, se a definição do piso da carreira docente é visto como algo positivo, o seu valor ainda está aquém do devido, afirma o diretor da CNTE. "O piso é importante para o país, mas questionamos o valor que ele vem sendo reajustado desde o seu começo. Hoje, ele deveria estar em torno de R\$ 2.380".

Além disso, Heleno Araújo Filho ainda fala que nem todos os professores recebem o piso. "Ainda há Estados onde o professor em início de carreira ganha R\$ 480 como salário base. O resto é completado com gratificação. Isso está em desacordo com a Lei do Piso", diz.

Araújo Filho ainda aponta outro "risco" para o não cumprimento da meta do PNE. "Há um projeto de lei, atualmente no Congresso, que prevê o reajuste do piso pela inflação. Isso é outra ameaça para o devido cumprimento da meta", explica o diretor do CNTE.

Cálculo

De acordo com comunicado emitido no início do ano pelo Ministério da Educação (MEC), "durante o período de 2009 a 2014 a correção do piso foi de 78,63%, valor superior à elevação do salário mínimo no período (55,69%) e ao reajuste das principais categorias profissionais".

Atualmente, segundo o informe da pasta, "a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido". Ou seja, o índice é apurado com base na variação do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

"Para o cálculo desse valor aluno, cabe ao MEC apurar o quantitativo de matrículas que serão a base para a distribuição dos recursos, e ao Tesouro Nacional a estimativa



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

das receitas da União e dos Estados que compõem o fundo e a definição do índice de reajuste”, afirma o comunicado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Avaliação		Página: Online



OPINIÃO: UMA NOVA VISÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DE PROFESSORES

"A compreensão do objetivo da avaliação não está dada, porque na história da Educação geralmente ela serviu para classificar e excluir, e não para qualificar os processos e as pessoas", afirma Inge Suhr

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

Recentemente li na Gazeta do Povo o artigo intitulado "O desafio de avaliar (bem) os Professores" e gostaria de apresentar algumas reflexões, tendo como referência minha formação acadêmica e experiência como coordenadora pedagógica no Ensino superior.

Com certeza, todos os processos humanos precisam ser avaliados! Avaliamos sempre, em todas as situações do dia a dia – quando, por exemplo, analisamos o fluxo de carros em determinada rua e escolhemos outro trajeto para não nos atrasarmos. Mas nem todos os processos avaliativos são tão simples, e avaliação do desempenho Docente se insere neste grupo.

Vários são os fatores que interferem no desempenho do Professor em sala de aula e, dependendo do modo como a avaliação desse processo se realiza, ela tende a empurrar unicamente para o Professor a responsabilidade do processo Ensino-aprendizagem.

Na verdade, a sala de aula é síntese de múltiplas determinações, não está isenta dos problemas e contradições que ocorrem na instituição de Ensino superior (IES) como um todo, e nem das determinações mais amplas da sociedade. Exemplifico: nossa sociedade difundiu o raciocínio do cliente no Ensino, dando a entender que o Professor presta um serviço ao Aluno, seu cliente. Se essa visão estiver presente na IES, será privilegiada a ação Docente que sempre se adapte aos desejos do Aluno. Mas será que o Aluno realmente sabe o que é necessário para ser um bom profissional?

Será que em alguns momentos ele não precisará aprender coisas que, aparentemente, são desinteressantes, mas essenciais para o exercício profissional? Nesse caso, será que um Professor que se mantenha firme nesse direcionamento será bem avaliado por seus Alunos? No entanto, se a IES difunde outra visão em relação ao papel do Professor como profissional, que não o de atender às necessidades imediatas do Aluno, mas de gerar novas necessidades a partir da área de atuação futura e das demandas da cidadania, teremos outra avaliação do mesmo Docente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Outro aspecto relevante é a concepção de Ensino superior e o quanto ela está clara para quem avalia o Professor. Qual o objetivo do Ensino superior: profissionalização ou cidadania? O que é aula? Como deve ser a organização do espaço e do tempo em cada disciplina?

Avaliar sem antes refletir coletivamente sobre esses pontos fatalmente levará à análise do desempenho Docente a partir do senso comum, que espera um Professor transmissor de conhecimentos prontos e inquestionáveis, mas amável e cordato com os Alunos.

Também não podemos esquecer de que há especificidades por curso ou mesmo por disciplinas, sendo algumas de mais aprofundamento teórico, outras mais teórico-práticas. Neste caso, como avaliar os Professores pelos mesmos critérios?

Vale ressaltar ainda a interferência das condições concretas de trabalho na atuação do Professor: número de Alunos por turma, qualidade do espaço físico, disponibilidade de equipamentos (laboratórios, softwares, recursos audiovisuais), presença ou não de discussões coletivas sobre o projeto de curso alinhando as ações.

Finalmente, é preciso pensar o que é avaliar, entendendo que se trata de um processo de análise com vistas à sua constante melhoria. A compreensão do objetivo da avaliação não está dada, porque na história da Educação geralmente ela serviu para classificar e excluir, e não para qualificar os processos e as pessoas. Trata-se de uma mudança de paradigma, que poderá ser mais facilmente alcançada se a IES investir maciçamente na formação continuada dos Docentes.

Não pretendi afirmar que ao Professor não cabe a responsabilidade pela qualidade do seu trabalho, mas sim demonstrar que não se trata de uma tarefa individual e que, por isso mesmo, ela é complexa. Razão pela qual precisamos planejar cuidadosamente a avaliação do desempenho Docente, vendo-a como parte de um todo maior.

*Inge Suhr, doutora em Educação, é Professora e coordenadora pedagógica do Centro Universitário Internacional Uninter.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Alfabetização		Página: Online



PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS É ELOGIADO

Movimento, inspirado no método Paulo Freire, alfabetizou em 10 anos 246,5 mil jovens e adultos

Fonte: Jornal da Câmara (DF)

A Comissão de Educação da Câmara destacou, em audiência pública ontem, os dez anos do projeto Mova--Brasil, inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, criado pelo Educador Paulo Freire.

O Mova-Brasil já alfabetizou 246.571 brasileiros por meio do método que usa a realidade local como subsídio para o desenvolvimento dos Alunos. Segundo a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), Macaé Maria Evaristo dos Santos, o combate ao Analfabetismo só é possível por meio de uma política de Estado.

Ela salientou a importância da atenção às diferenças regionais, uma das diretrizes do Mova-Brasil. “Temos municípios com taxas de Analfabetismo inferiores a 4%, porém temos outros, principalmente no meio rural, com índices muito mais altos. Portanto, o desafio de garantir que a Escolarização chegue a todos é muito grande”, disse. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de Analfabetismo no Brasil é de 8,7%.

Pobreza- Desde sua criação, o Mova-Brasil, desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire (IPF) em parceria com a Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros (FUP), abriu mais de nove mil turmas e conta com mais de 10 mil alfabetizadores em 1.442 municípios de 11 estados, principalmente na Região Nordeste.

A ideia é priorizar as localidades mais pobres para instalação de seus núcleos de Alfabetização. Judite Sales de Araújo, de 44 anos, foi alfabetizada pelo projeto. Ela, que tem dez irmãos, trabalhava na lavoura e começou a ser alfabetizada há apenas três anos em Natal (RN), após ser incentivada por uma vizinha. “Ainda hoje a Professora [que a alfabetizou] me liga incentivando a continuar meus estudos”, contou Judite, que já está no sétimo ano do Ensino fundamental e sonha em chegar à universidade.

O Mova-Brasil teve início em 2004 na Bahia, no Ceará, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois se expandiu para Sergipe e, desde 2006,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

chegou a Pernambuco, Paraíba, Amazonas e Minas Gerais. Neste ano, foi a vez do Maranhão ganhar turmas.

PNE- Para a presidente da Comissão de Educação, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), o combate ao Analfabetismo ganha força com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10). “É o momento de celebrar as conquistas, mas também de registrar experiências para as diferentes gerações e debater como podemos avançar nessa luta”, ressaltou.

O PNE estabelece 20 metas e mais de 200 estratégias para o setor no Brasil nos próximos dez anos. Entre as medidas, está a de que até 2024 o País terá de investir o equivalente a 10% do PIB na Educação. O projeto está para ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 12/06/2014
Assunto: Alfabetização		Página: Online



PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS É ELOGIADO

Movimento, inspirado no método Paulo Freire, alfabetizou em 10 anos 246,5 mil jovens e adultos

Fonte: Jornal da Câmara (DF)

A Comissão de Educação da Câmara destacou, em audiência pública ontem, os dez anos do projeto Mova--Brasil, inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, criado pelo Educador Paulo Freire.

O Mova-Brasil já alfabetizou 246.571 brasileiros por meio do método que usa a realidade local como subsídio para o desenvolvimento dos Alunos. Segundo a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC), Macaé Maria Evaristo dos Santos, o combate ao Analfabetismo só é possível por meio de uma política de Estado.

Ela salientou a importância da atenção às diferenças regionais, uma das diretrizes do Mova-Brasil. “Temos municípios com taxas de Analfabetismo inferiores a 4%, porém temos outros, principalmente no meio rural, com índices muito mais altos. Portanto, o desafio de garantir que a Escolarização chegue a todos é muito grande”, disse. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de Analfabetismo no Brasil é de 8,7%.

Pobreza- Desde sua criação, o Mova-Brasil, desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire (IPF) em parceria com a Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros (FUP), abriu mais de nove mil turmas e conta com mais de 10 mil alfabetizadores em 1.442 municípios de 11 estados, principalmente na Região Nordeste.

A ideia é priorizar as localidades mais pobres para instalação de seus núcleos de Alfabetização. Judite Sales de Araújo, de 44 anos, foi alfabetizada pelo projeto. Ela, que tem dez irmãos, trabalhava na lavoura e começou a ser alfabetizada há apenas três anos em Natal (RN), após ser incentivada por uma vizinha. “Ainda hoje a Professora [que a alfabetizou] me liga incentivando a continuar meus estudos”, contou Judite, que já está no sétimo ano do Ensino fundamental e sonha em chegar à universidade.

O Mova-Brasil teve início em 2004 na Bahia, no Ceará, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois se expandiu para Sergipe e, desde 2006,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

chegou a Pernambuco, Paraíba, Amazonas e Minas Gerais. Neste ano, foi a vez do Maranhão ganhar turmas.

PNE- Para a presidente da Comissão de Educação, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), o combate ao Analfabetismo ganha força com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10). “É o momento de celebrar as conquistas, mas também de registrar experiências para as diferentes gerações e debater como podemos avançar nessa luta”, ressaltou.

O PNE estabelece 20 metas e mais de 200 estratégias para o setor no Brasil nos próximos dez anos. Entre as medidas, está a de que até 2024 o País terá de investir o equivalente a 10% do PIB na Educação. O projeto está para ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff.



Notícias do Dia

SISU

Inicia hoje matrícula de selecionados

Os estudantes selecionados na primeira chamada do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) devem fazer a matrícula a partir de hoje. O candidato deverá verificar, junto à instituição de ensino em que foi aprovado, o local, horário e procedimentos para matrícula. A lista dos selecionados está disponível no site do sistema. Nesta edição, o Sisu oferece 51.412 vagas.

As matrículas poderão ser feitas nos dias 9, 10, 11 e 13 deste mês. Na quinta, dia 12, data da abertura da Copa do Mundo, não haverá matrículas. A edição bateu recorde de inscrições no meio do ano. Foram 1.214.259 candidatos inscritos, 54% a mais que o ano passado, quando foram registrados 788.819 candidatos.

O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).



Notícias do Dia

ProUni. Nesta edição foi reduzido prazo de inscrição em cinco dias, prazo acaba quarta

Os candidatos a bolsas do ProUni (Programa Universidade para Todos), que abre inscrições hoje, podem consultar a lista de cursos e instituições que participam do programa na internet e devem ficar atentos ao prazo, que nesta edição foi reduzido de cinco para três dias e vai até quarta (11). A inscrição é feita no site do programa.

Para o próximo semestre, serão oferecidas 115.101 bolsas em cursos de graduação de instituições privadas. Dessas, 73.601 são integrais e 41.500, parciais. Podem concorrer às bolsas do ProUni os estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública ou na rede particular, na

condição de bolsista integral. Os cursos com maior número de bolsas são administração (13.168), direito (7.887), pedagogia (7.725) e ciências contábeis (6.865).

Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, no valor de 50% da mensalidade, a renda bruta familiar deve ser até três salários mínimos por pessoa.

O candidato deve ter participado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2013 e obtido no mínimo 450 pontos na média das notas. Além disso, não pode ter tirado nota zero na redação.

PROUNI

Cronograma

- 9 a 11 de junho
Inscrições
- 15 de junho
Resultado da 1ª chamada
- 16 a 24 de junho
Comprovação de informações
- 4 de julho
Resultado da 2ª chamada
- 4 a 11 de julho
Comprovação de informações
- 21 e 22 de julho
Adesão à lista de espera
- 29 e 30 de julho
Comprovação de informações dos candidatos em lista de espera



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Opinião

Data: 12/06/2014

Assunto: Artigo

Página: 20



CORREIO LAGEANO

Pelo direito à Educação

LÚCIA VÂNIA*

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, aprovou o relatório elaborado pelo Senador Flexa Ribeiro, ao projeto de minha autoria que dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar (PLS 122/2013). Ao mesmo tempo em que parabenezo o Senador Flexa Ribeiro pela sensibilidade com que elaborou seu relatório, quero ressaltar alguns aspectos importantes deste projeto.

Primeiramente, trata-se de um projeto que pretende que a União desenvolva, por meio de convênios, programas voltados para a transferência direta de recursos para aquisição de material escolar pelas famílias beneficiadas pelo Bolsa Família.

O programa brasileiro de transferência de renda com condicionantes, hoje chamado de Bolsa Família, anteriormente Bolsa Escola, implementado em nível nacional em 2001, representou e ainda representa um grande avanço das políticas sociais em nosso país. Por meio

dele retiramos da extrema pobreza milhares de famílias em todas as regiões do Brasil.

É sabido que a pobreza não se restringe à falta de dinheiro. Ela é definida pela conjugação de outros fatores, como a falta de educação, de saúde, de saneamento, de acesso à comunicação e à cultura. Por este motivo é fundamental erradicar também estes outros fatores que



É sabido que a pobreza não se restringe à falta de dinheiro. Ela é definida pela conjugação de outros fatores.

contribuem para a pobreza.

Com a aprovação do PLS 122/2013, estaremos colocando as bases para que, além de renda, as famílias possam desfrutar dos benefícios da educação na erradicação da pobreza. Estaremos garantindo que as famílias tenham acesso a um recurso direcionado exclusivamente para a aquisição de material escolar junto a uma rede credenciada de estabelecimentos comerciais.

Na operacionalização orça-

mentária do programa, o projeto prevê que os recursos federais destinados à aquisição de material escolar possam advir de fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Além disso, prevê que o valor transferido por aluno possa variar de acordo com cada etapa escolar. Outro ponto importante é o forte componente de responsabilidade fiscal do projeto, segundo o qual a estimativa do montante de gasto decorrente da execução dos programas propostos deverá ser incluído no projeto de lei orçamentária.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa que não só avança na materialização do direito à educação das crianças e dos adolescentes mais pobres, mas também fortalece as economias locais.

Por este motivo, considero que o projeto é de extrema importância, e vem ao encontro da necessidade de aprimorarmos a rede de atendimento social.

* Senadora

» Artigos podem ser enviados para redacao@correiolageano.com.br com assunto "Artigo do Leitor" e tamanho de 2.400 caracteres.